



MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 28

Sessão Ordinária Junho

1.ª Reunião de 12/06/2015

Aos doze dias do mês de Junho do ano dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente António do Pranto Nogueira Leite, Secretariado pela Primeira Secretária Maria José Teixeira de Moraes Afonso França, e pelo Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroiteia, e com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Mónica Filipa Cristovão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, David Paiva Martins, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Nunes Saraiva de Almeida, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Maria Leonor Nunes dos Reis, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Paulo Alexandre Florentino Marques, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Antero Marques dos Santos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seica Neves Ferreira, Paulo Jorge Coimbra Fontes, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Fernando Santos Silva, Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, João Carlos Rodrigues Morgado, Jorge Manuel do Nascimento, Maria da Luz Nolasco Cardoso, António dos Santos Costa, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, António Manuel Santos Salavessa.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta sessão faltaram, Henrique Manuel Moraes Diz, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, e Henrique da Rocha Vieira.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves o Vice-Presidente Jorge Manuel de Almeida Campino, e os Vereadores, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Jorge Manuel Mengo Ratola, Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, e Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

Não estiveram presentes os Vereadores: Luís Miguel Capão Filipe e João Francisco Carvalho de Sousa.

O Presidente da Mesa informou o Plenário da renúncia ao mandato apresentado pelo eleito, **Carlos Manuel da Silva Santos**, posicionado em primeiro lugar na lista de cidadãos com a denominação “*Juntos Por Aveiro*” às eleições autárquicas 2013. Não se verificaram objeções.

De seguida, nos termos artigo 79.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, em virtude de em tempo o sucedâneo na lista ter apresentado o seu impedimento, o Presidente da Assembleia convocou e deu posse ao cidadão posicionado em quinto lugar na lista de candidatura “*Juntos Por Aveiro*”, **António dos Santos Costa**.⁰⁰²

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Victor Manuel da Silva Martins, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Carlos Francisco da Cunha Picado, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Maria Cristina Regales de Jesus Pires, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e Filipe Seíça Neves Barbado Guerra, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Maria Leonor Nunes dos Reis, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Paulo Jorge Coimbra Fontes, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Fernando Santos Silva, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto e António Manuel Santos Salavessa.⁰⁰³

Os sucedâneos nas listas de candidaturas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Anabela de Almeida Saraiva, João Condinho Vargas, Maria Margarida Tavares Bilelo da Fonseca, Rita Alexandra Monteiro Baptista, Rui Miguel Bartolomeu Maio, Nuno Orestes Vaz da Silva, Virgínia Maria Melo de Matos, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “*Ordem do Dia*” para esta Sessão Ordinária de Junho, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Informação do Presidente sobre a Atividade Municipal de 14ABR15 a 08JUN15;

Ponto 2. – Apreciação e votação do Aumento de Capital da ADRA-Águas da Região de Aveiro, S.A;

Ponto 3. – Apresentação e votação da Moção: «Pelo cumprimento da Resolução da Assembleia da República para a retirada da cobrança de portagens no pórtico na A25, conhecido como “Pórtico do Estádio”».

Continuando, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas das sessões anteriores⁰⁰⁴, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia:

Acta n.º 24 – Sessão Ordinária de Abril – 1.ª reunião realizada em 17-04-2015: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta votos a favor, quatro abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 25 – Sessão Ordinária de Abril – 2.ª reunião realizada em 24-04-2015: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta votos a favor, quatro abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 26 – Sessão Ordinária de Abril – 3.ª reunião realizada em 24-04-2015: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a

mesma aprovada por maioria, com trinta votos a favor, quatro abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 27 – Sessão Extraordinária Maio – sessão realizada em 07-05-2015: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta votos a favor, quatro abstenções, e zero votos contra.

Continuado, o Presidente da Mesa⁰⁰⁵ nos termos regimentais deu início ao *Período de Antes da Ordem do Dia*, dando conhecimento dos tempos que cada grupo municipal pode utilizar, tipificados no Regimento.

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁰⁷

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)⁰⁰⁸

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁰⁹ da Assembleia deu a palavra ao vogal Manuel Prior, do PPD/PSD, para apresentação de um **Voto de Louvor ao Alavarium Andebol Clube de Aveiro, pelos sucessos desportivos da sua equipa Sénior Feminina**. Colocado à votação o Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Os grupos municipais indicaram, nos termos regimentais, quais os vogais que iam intervir neste ponto da *ordem-do-dia*:

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE)⁰¹⁰

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹¹

“Senhor Presidente decorre hoje um movimento com alguma extensão por parte de alguns municípios, nas preocupações dos municípios para a gestão das escolas, para a gestão dos museus e para a gestão da saúde.

Era sobre esse movimento e a propósito dele que eu gostaria de enfocar aqui um primeiro ponto. E o primeiro ponto é o relativo ao Museu. Porque isto dá-me o ensejo de uma duas, poucas vezes tenho assistido nesta assembleia confronto desta Câmara com o Partido Socialista. Quer dizer, é uma oportunidade que eu perscrutei de auscultar a opinião da Câmara sem ser versus Partido Socialista.

E portanto eu gostava de saber por que é que a Câmara rejubila com a municipalização do Museu e por que é que o PS se entristece com a municipalização do Museu?

Gostaria de saber quais são as inconveniências de um e de outra, designadamente na especialização do tratamento do Museu em si. Naturalmente na decorrência disso, o que pode ser facultado às pessoas que visitam o Museu de Aveiro. E no caso dos encargos, saber, se isso vem trazer mais um contributo acrescido a estes munícipes à custa das suas contribuições ou se seria o Estado a pagar. E ainda se a componente da especialização não poderia contar com a especialização de técnicos à escala nacional e não ter de especializar aqui.

Outro ponto de alguma perplexão e que até já foi ventilada por um munícipe que eu acho com perfeita pertinência, por um lado o de municipalizar não é da essência do serviço da Câmara e devia sê-lo, veja o caso das empresas municipais. Porque a gestão alegadamente não é boa nem se prevê que possa ser melhor. Porque se previsse se calhar não se privatizava (não estou a ter uma opção segura sobre isso) e por outro lado está a Câmara a querer municipalizar aquilo que é Nacional!? Quer dizer, nós ficamos a pensar, será o Museu mais tarde mais uma empresa fracassada neste município e a exigir transferências periódicas e de elevados montantes dos bolsos dos munícipes para a Câmara e depois transferências da Câmara para essa entidade? Gostaria de ouvir a opinião. E já agora (é um desafio) gostaria que o PS se pronunciasse porque o PS tem um papel ativo e penso que até meritório da sua proposta derrotada na Assembleia da República. Como digo é um momento soberano para nós vermos alguma vez o confronto do PS com a Câmara. Obrigado.”

Vogal Carlos Barros (CDS) Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[012](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Nesta parte da ordem do dia queria comunicar a boa situação que se está a viver neste contexto, nomeadamente a nível nacional, porque realmente a nossa economia está a melhorar e o desemprego está a baixar e portanto penso que estamos em boa situação de continuarmos com este governo que realmente penso que deu nestes quatro anos de sacrifícios está agora a apresentar provas de credibilidade e de qualidade que todos nós merecemos.

Relativamente à privatização da TAP também quera deixar aqui uma palavra que finalmente penso que conseguimos desvincilhar um cancro que havia na sociedade portuguesa. Temos outros países que assim o fizeram por exemplo na Suíça, em que a Swissair faliu. Faliu e no dia seguinte houve outra empresa que ocupou esse espaço e o que é certo é que a empresa continua a ser válida a nível de transportes aéreos. Portanto penso que todas as soluções a nível de gestão privada são salutares e úteis na sociedade em que vivemos.”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[013](#)

“Muito telegraficamente, não é este o momento, mas como fomos interpelados diretamente pelo deputado Jorge Nascimento, que penso terá uma confusão de conceitos. O PS não tem qualquer questão com a municipalização em termos de gestão ou outra relativamente ao Museu. O PS propôs na Assembleia da Republica a abertura do processo de classificação, porque é uma competência exclusiva do governo a abertura do processo de classificação do Museu de Aveiro como um Museu Nacional. Com as consequências que da própria lei decorrem a questão do organismo que gere o equipamento é uma questão lateral. A verdade é que nesta legislatura o PSD e CDS votaram contra a abertura desse processo. É essa a questão. Podemos voltar a ela mas não seguramente neste ponto. Porque neste ponto o PS usá-lo-á como entende e neste ponto o PS queria confrontar o Senhor Presidente da Câmara com uma questão que está obviamente hoje na ordem do dia que se prende, como o senhor Presidente bem sabe pois está hoje em todos os órgãos de comunicação social, a alegada indefinição do futuro da Escola Homem Cristo.

Aparentemente estaria numa situação de possível desativação. Também, por outro lado, se verifica, aparentemente um comunicado que terá sido emitido hoje, que essa situação nunca se terá colocado também. Mas o que é verdade é que paradoxalmente, citando o Senhor Presidente da Câmara, terá dito relativamente a esta matéria que

“não será possível manter todas as escolas”. A frase em si é uma evidência, não será possível manter tudo como está, mas a verdade é que esta escola não é uma escola como qualquer outra.

É preciso termos presente que, a Escola Secundária Homem Cristo, trata-se do primeiro edifício a ser construído de raiz para um Liceu.

Esta Escola tem um lugar na história do país, tem lugar na história da Educação e da Cultura em Portugal.

E portanto, Senhor Presidente, eu não vou perguntar sobre um não assunto, vou diretamente questionar a Câmara se há da parte da Câmara o empenho de na medida das suas possibilidades esta Escola permanecer sempre ligada à Educação?

Ou seja, se colocada essa questão à Câmara Municipal, se a Câmara Municipal entende que esta escola deve a todo custo, dentro do razoável, como é óbvio, manter a sua função ligada à Educação. E sendo certo que não se poderá sempre manter todos os equipamentos, entendo que o futuro desta Escola deve estar sempre ligado à Educação e não para qualquer outro fim que esvaziaria todo o significado histórico do edifício. Muito obrigado.”

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[014](#)

“Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores deputados, num pequeno passeio que resolvi fazer ao Parque Infante Don Pedro, deparai-me com uma situação que desconhecia completamente, porque pensei erradamente pelos vistos, que quando resolveram fazer a ponte e mexeram em várias coisas naquele Parque, que já foi uma atração para as pessoas que nos visitavam, verifiquei que em relação ao lago e às águas (peço desculpa mas não encontro palavras) aquilo está completamente desmazelado, abandonado. Eu até fui passear com uns sobrinhos meus, pequeninos, para dar pão aos patos, mas eu nem sei como é que os patos sobrevivem naquela água escura, suja, penso que nem sequer está oxigenada como inicialmente pensaram quando fizeram em tempo uma intervenção no parque.

Também achei estranho que aquela gruta que existe na parte baixa do parque e que até foi objeto de recuperação de alguns azulejos, neste momento a gruta não têm água, tem água parada, com uma população de rãs absolutamente enorme. Penso eu que isto tudo só se deve à incúria e à negligência. Até aquele pequeno parque que tinha os escorregas e os baloiços para os miúdos e que teve de desaparecer para construir a “bendita” ponte que agora ninguém assume que aprovou, toda a gente está contra a ponte, mas a ponte foi aprovada aqui nesta Assembleia. Mas o que é certo é que tiraram dali aqueles equipamentos e o certo é que o Parque era o sítio onde as famílias iam passear com as suas crianças quando elas são pequenas, para além de ser um local de atração turística para quem nos visita.

Mas o que é certo é depois comecei com alguma curiosidade e comecei a reparar nos nossos canais da Ria. A Ria está cheia de turista por causa dos passeios nos moliceiros, mas aquela água não terá de ser tratada? Não sei se é competência da Câmara ou não. Só sei que sendo um ponto de atração turística devíamos cuidar melhor daquilo porque é o que podemos oferecer aos nossos turistas que nos visitam.

Finalmente, já falei neste assunto no ano passado, mas este ano tenho de me repetir. A Feira do Livro aquilo não é local para se fazer um certame daqueles. Além de poucos livreiros, não tem movimento, à noite as bancas estão fechadas, não se vê movimento nenhum, continuo a achar que aquilo não é Covent Garden das cebolas, dos nabos, e das couves — que eu prezo muito, mas acho que não é o sítio mais indicado.

Provavelmente deve-se alterar a data em que se faz esta feira. Aquilo é uma “feira” que se calhar nalgumas aldeias e com todo o respeito que tenho pelas aldeias, se pode fazer. Agora numa cidade!? Bem sei que dizem que a nossa cidade é pequena. Mas não é tão pequena assim que não possa ter uma feira do livro onde mostre alguma categoria. Penso eu, a Câmara deveria pensar nisto.

E agora vou deixar aqui uma pergunta. Também dos meus passeios pela minha cidade, por que será que a cidade está a ficar tão desertificada? É uma pena nós virmos à Avenida depois das sete, não se vê ninguém a passear nas ruas da Avenida. Mas não se vê na Avenida nem noutros locais!?

Depois queria ainda chamar atenção daquilo que se passa no Bairro da Beira-mar sobretudo. São as reparações de canos ou pequenos serviços, escavacam toda a estrada e depois o piso não é repostado. Fica ali meses, meses e meses. Toda a gente se queixa porque aquelas ruas não têm passeios e ficam com os estragos até à entrada da porta. Gostaria que V. Exa tomasse nota destas minhas queixas em nome dos munícipes.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹⁵

Vogal Paulo Fontes (PS)⁰¹⁶

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁷

“Neste período de antes da ordem do dia irei fazer uma breve referência ao busto Manuel Firmino, e a sua recolocação no seu sítio próprio.

De realçar nesta ação a empenhada atividade por parte da Junta de Freguesia da Gloria/Vera Cruz, que tudo fez desde a procura do molde, o financiamento, o projeto, a execução terminando com a colocação do mesmo no seu sítio.

Desejava desta bancada e em nome da “Aliança com Aveiro” endereçar ao Sr. Presidente da Junta e ao Sr. Presidente da Câmara o reconhecimento sincero e os votos de parabéns por esta iniciativa em prol da história e da cultura de Aveiro e dos Aveirenses.

Sobre este assunto e porque muito se tem falado da capacidade ou não da CMA gerir ou não o Museu ou ter ou não capacidade para na área da Cultura fazer uma boa gestão da mesma e dos dinheiros públicos, queria lembrar e esperar que aquando da gestão por parte na CMA do Museu não aconteça o que aconteceu agora. Que foi a degradação do seu espólio. Do espólio à guarda do Museu!? Estou a referir-me ao molde do busto que estava à guarda do Museu e que aquando da necessidade do mesmo, foi constatado que o seu estado de degradação era tal que foi necessário estudar, projetar e fazer outro molde, pois o inicial ao cuidado de Museu tinha-se degradado.”

Vogal João Barbosa (PS)⁰¹⁸

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰¹⁹

Vogal António Salavessa (PCP)⁰²⁰

Vogal Marques Pereira (PS)⁰²¹

Vogal António Neto (BE)⁰²²

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰²³

Vogal Maria da Luz Nolasco (JPA)⁰²⁴

De seguida o Presidente da Mesa perguntou ao Presidente da Câmara se queria usar da palavra, tendo o mesmo escusado a sua intervenção.

PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL DE 14ABR15 a 08JUN15.

(O texto da [Informação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta ata, em anexo).

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

O Presidente da Mesa da Assembleia⁰²⁵ deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita da Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁶

“Muito obrigado. Por motivos óbvios responderei a todas as questões no ponto primeiro porque todas as questões que vocês referenciaram têm a ver com a atividade municipal, não houve nenhuma fora. Portanto, seguirei a metodologia que, desde o início, assumimos.

Nesta nota de introdução realçar três matérias pela sua elevada importância a vários níveis e também, algumas delas, pela própria importância que a Assembleia Municipal lhes tem dado neste tempo de mandato que levamos.

A primeira está ligada com a alteração do Plano de Pormenor da, como se diz, Zona Industrial de CaciaPark, na prática é a zona industrial onde está ancorada a Portucel. Como acto preparatório da Assembleia Municipal terminou a audição pública que correu muito bem. Aliás, as participações formais, basicamente, assentam na formalização das participações informais que tivemos numa reunião que realizámos em Cacia, bastante participada e que foi muito interessante. Essa fase está fechada, levámos à Câmara, na reunião realizada na terça-feira passada, em Cacia, o relatório para que o Executivo tomasse conhecimento formal dessa peça do processo, e esperemos que tudo corra bem para podermos levar à Câmara Municipal, à próxima reunião do dia vinte e quatro, a nossa proposta de alteração do plano. Depois ainda terá que ser sujeito a participação pública para ficar arrumado e vir cá para acto final da posição política e formal da Assembleia Municipal, que como sabemos é o último acto, aquele que fecha o processo. É uma peça muito importante que estará referenciada na nova unidade da Portucel, na nova unidade de fabrico de papel, e que nos levou a constituir a necessidade de desenvolvermos esta alteração do plano de pormenor. Já agora, dar nota que tivemos hoje à tarde a trabalhar, eu e o Vereador Jorge Ratola, também a Sra. Presidente da Junta de Esgueira foi chamada à ocorrência, antes que isto seja nota por outra via, porque tivemos uma inundação na zona de Taboeira. É anormal o Vouga subir tanto numa altura do ano em que a ocorrência pluvial é tão restrita; teve a ver com uma ocorrência de sintonia de duas operações, uma operação de fecho do rio Vouga, na zona de captação de água da Portucel para proteção dessa mesma captação de águas salgadas nas marés altas, por força do caudal a maré alta trás água salgada mais para montante do rio, e da coincidência dessa operação de tapamento com as descargas da barragem de Ribeiradio e da barragem da Ermida que se estão a fazer por força da experimentação das turbinas que estão em fase de experimentação. Deu-se a coincidência dessas duas operações e tivemos uma subida inopinada, repentina, das águas. Hoje mesmo, nas duas horas que dediquei à matéria, conseguimos fazer uma ponte entre as duas empresas, a EDP e a Portucel, com os dois responsáveis pelas duas estruturas, de forma a que haja sincronização das operações de descarga porque vamos continuar a

ter as barragens em testes. As barragens ainda não estão em operação regular para se ter planeamento das descargas, portanto estão em operação de testes e essas operações são irregulares, mas tentar que haja sincronização com o fecho ou, no caso, as descargas sincronizadas com a abertura do dique provisório, já que está em construção, atrasada duas semanas por um episódio pouco agradável e que aconteceu na margem norte do Rio Novo do Príncipe, o dique, embora provisório porque ainda teremos que trabalhar muito para conseguirmos ter a ponte-dique definitiva. Conseguimos um acordo, mais do que um acordo conseguimos pôr os responsáveis em comunicação para que a ocorrência não se volte a repetir ou se houver algum tempo de dessintonia ele seja o mais curto para não provocar uma subida que levou à impossibilidade de acesso a algumas parcelas e até à remoção de alguns animais, embora a água não tenha passado da barriga. Não houve afogados mas houve um conjunto de perturbações. Só dar esta nota de que estamos a aprender a manusear estas realidades novas, na certeza de que, também por isso, é muito importante que o Baixo Vouga Lagunar se faça como obra e se monte como uma operação gerida pelos vários parceiros para que haja uma cooperação e uma sincronização das várias operações, compatibilizando, o melhor possível, os múltiplos interesses em presença. A segunda nota tem a ver com as estradas. Salientámos as operações de qualificação das vias. A nossa primeira grande empreitada está já em mais de meio de obra, num conjunto de vias em várias zonas do município. Queria destacar duas questões que têm sido muito importantes e também aqui tratadas. Desde logo a retoma da obra entre o cruzamento da Diatosta e a bomba de gasolina, está tudo em franca obra, em nota irreversível, todos os problemas com do empreiteiro estão resolvidos, está tudo em velocidade de cruzeiro. Portanto, agora é mesmo momento final. E lançámos concurso, recentemente, para começar outra obra entre a Diatosta e o cruzamento da farmácia, que já é uma obra Câmara, para termos, finalmente, aquela que é hoje a pior estrada do nosso município definitivamente tratada e resolvidas as várias agruras por que ela passou.

Uma outra nota tem a ver com os passos que estamos a dar para propiciar a abertura da avenida das Agras na sua ligação à A25, quer nas questões de licenciamento que prosseguem, ainda não está terminado o licenciamento mas está em bom andamento, nomeadamente a operação mais delicada do licenciamento que tem a ver com a compatibilização ou a desafectação, não há compatibilização possível com a reserva nacional, e a operação de lançamento do concurso do pórtico que não conseguimos que deixasse de ser obrigatório. Houve aí umas mentes mais imaginativas que puserem logo no facebook que era um pórtico para colocar cobradores de portagem. Não. É um pórtico de sinalética de entrada e saída; é mera sinalética e mais nada, portanto não vai haver cobrança de portagens naquele troço. Já temos demais noutros troços e neste, onde o pórtico vai ser construído. Esperemos que o concurso corra bem, que tenhamos entidade para adjudicar e que tudo seja feito com a devida qualidade. Portanto, é um pórtico de assinalamento da entrada e da saída, na mão, que vamos passar a ter no sentido poente-nascente.

A última nota para uma referência adicional para o que está na exposição. É um momento também muito importante, é um acto novo, e vamos ver os ganhos que vamos ter. Trata-se do concurso de fornecimento de energia, em baixa tensão especial e média tensão, aos nossos edifícios e à nossa iluminação pública que lançámos em agrupamento de entidades com nove dos nossos dez parceiros da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro. Foi ontem mesmo publicado no Diário da República esse anúncio que é um passo muito importante e esperemos que corra bem nesta lógica de comprarmos mais barato por ganhos de economia de escala. É uma

primeira experiência naquilo que respeita a uma grande operação de aquisição, já temos feito outras mas de pequenas operações. Esta é uma primeira grande operação e vamos ver como é que ela corre, tendo boas expectativas para que possamos ter ganhos relevantes. Estas são as matérias que eu gostava de destacar num período que foi muito rico, diverso na actividade, com uma informação que sumariza as suas peças principais.

Estarei ao dispor para o debate sobre estas, sobre outras e sobre as do PAOD que lá irei na minha próxima intervenção.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[027](#)

“Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores. Na parte fina da sua pequena introdução ao documento, que eu espero venha a ser complementada com muita resposta e muita informação daquilo que nós os deputados municipais colocamos. Surgiu o tipo de informação que nós gostaríamos que ocorresse muitas vezes e que fosse esse o caminho privilegiado no saneamento das contas municipais. Isto é, este concurso público, a uma outra dimensão para o fornecimento de energia num conjunto de municípios, e que provavelmente a crédito se traduzirá em custos unitários bem inferiores àqueles que são praticados, é o caminho do corte do lado das despesas que nós gostaríamos de ver o mais reforçado possível, o mais implementado possível, em despesas que não tem a ver com os trabalhadores da Câmara. E portanto, para que não se diga que estamos sempre a dizer mal, queríamos fazer um sublinhado de apoio relativamente a esta questão.

Seguidamente queria colocar alguns pedidos de informação tentando que de fique tempo para uma segunda intervenção.

O primeiro tem a ver com a informação da página 15 e 16 do Polis. Isto é, nós gostaríamos de saber qual é de facto o terreno que a Câmara está a dar em dação e que ideias é que há para alterações de planeamento para essa zona? Para perceber o sentido da operação.

E da formulação que o Senhor Presidente tem no documento fala-se da liquidação da Aveiro Polis, e não há uma salvaguarda do plano de urbanização polis!? Ora o Plano de Urbanização Polis é um Plano aprovado por esta Assembleia e gostava de saber se ele já é considerado morto e saber como é que está a ser resolvida a situação associada a isso até porque existiam compromissos.

Rapidamente. Já foi aqui colocado, mas tínhamos como apontamento a descaracterização e a pobreza da Feira do Livro. Não há editores, há poucos vendedores, livros sem interesse e, portanto, tem de se fazer alguma coisa para que a próxima não seja assim. Está nas mãos da Câmara fazer algo para que assim seja.

Depois pedir que haja mais informação relativamente ao ponto de situação do Fundo de Ajustamento Municipal. Dado que já lá vão seis meses sobre o recurso ao adiantamento de empréstimo e as coisas continuam a patinar. E gostávamos de perceber até que ponto as responsabilidades são apenas do Poder Central ou se são responsabilidades partilhadas no que diz respeito a este atraso do processo.

Ainda, os vendedores do Mercado Manuel Firmino estão a ser constantemente multados pelas situações de descarga de material. Portanto a Câmara ponderar a possibilidade de aquele parque subterrâneo em determinados dias e em determinado período poder servir para as cargas e descargas necessária ao Mercado Manuel Firmino.

Por último, pagar quinze euros para garantir estacionamento na Beira-mar sem que haja policiamento e sem que seja garantido que apenas os moradores lá estacionam é um imposto que está a ser cobrado aos moradores da Beira-mar. Portanto se a situação se mantiver, não haver medidas para a resolução desta questão proponho que a Câmara não cobre os quinze euros no próximo ano. Não faz sentido cobrar uma coisa a que não corresponde nada. Obrigado.”

Vogal António Neto (BE)⁰²⁸

Vogal Maria da Luz Nolasco (JPA)⁰²⁹

Vogal Jorge Nascimento (JPA) Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁰

“O Senhor Presidente ufana-se dos feitos que constam da Comunicação. Referiu dois que entendo são de considerar como importantes. Realmente a ampliação do Plano de Pormenor de Cacia, atendendo à ampliação das instalações da Portucel é um projeto que este executivo retomou. Quer dizer deu sequência lógica daquilo que são as necessidades da Portucel e são as necessidades do concelho nas conveniências de uma e de outra parte – não temos nada a criticar contra isso. Achamos que o processo não terá sido mal conduzido. Repito, era um processo que estava já em curso.

Também quanto a esta negociação das energias, feito à escala regional, também achamos que é importante. Seria grave incúria não prosseguir isto. Portanto são dois projetos com merecimento mas que não são extraordinários digamos. Aliás, são correntíssimos. Nada mais seria de esperar a não ser isto.

No resto a comunicação não nos traz um projeto novo. Não traz nada de novo! E é omissa em relação a vários problemas que o município tem. E um deles, gravíssimo, é a falta de relacionamento e de interligação entre gestores do município — presidente e vereadores com a população.

Hoje em dia acho mais fácil, isto é, quando pretendo qualquer contacto com a Câmara fico com a noção que manda mais um porteiro (isto é verdade) que os senhores vereadores. Porque o porteiro ainda me diz assim: o senhor entre, passe para ali, ou não pode entrar. Os senhores vereadores nem palavra!?! É triste, sinceramente, esta inacessibilidade. Não sei a que é que isto se deve, mas isto há uma máxima da experiência vivida “quem tudo quer abarcar, pouco consegue fazer”.

É preciso que esta presidência descentralize. Que dê poder aos seus vereadores. Os vereadores estão lá para isso. O Presidente não pode chegar a todo o sítio — e são os municípios que perdem com esta situação. É importante que se diga e é importante que se siga mais do que se diga.

Outra constatação (eu estive a comparar os números), olhei para os balancetes de todas as empresas em que esta Câmara tem participação e vejo em todos saldo devedor nos proveitos do exercício!?

Resultados do exercício até agora, saldos devedores! É bem que a Câmara tenha noção que quando digo devedores que dizer prejuízo. O balancete é uma conta de situação líquida, balanceia o Passivo para igualizar o Ativo. Portanto, não vamos longe. O município de Aveiro não vai longe com esta gestão. Esta gestão tem de infletir porque a vida custa a todos.

Nós não andamos a pagar IMI para que a Câmara num exercício altamente lesivo dos municípios, a Câmara continue a ter participações no capital social de várias empresas em que participa para termos resultados negativos quando ainda não chegamos sequer ao meio do exercício. É triste. Sinceramente é triste.

O Senhor Presidente na sua próxima intervenção diga aqui a esta Assembleia se alguma destas empresas ostenta resultados positivos no corrente exercício. Tenho dito.”

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰³¹

Vogal Maria Arminda (CDS)⁰³²

Presidente da Mesa⁰³³

Vogal António Salavessa (PCP)⁰³⁴

Vogal António Neto (BE)⁰³⁵

Vogal Paulo Fontes (PS)⁰³⁶

Vogal Maria Arminda (CDS)⁰³⁷

Presidente da Mesa:⁰³⁸

Vogal António Ildebrando (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁰

“Obrigado Senhor Presidente. Vou ser breve. Queria aproveitar este momento para manifestar toda a satisfação da freguesia a que presido, e que irá receber um “festival de verão”.

São Jacinto noutros tempos já teve o privilégio de ter outros três festivais de verão — que eu me lembre, mas que infelizmente não tiveram a devida continuidade para que São Jacinto passasse a ser uma das capitais para este tipo de festival.

Gostaria também de salientar o empenhamento de todas as entidades envolvidas para que isto fosse possível. Chama-se “Tuga” poderia chamar-se outra coisa qualquer, mas uma coisa que eu sei é que a sua realização será uma mais-valia para a freguesia, para a população e para a promoção turística da praia.

São eventos como estes que levam o nome da nossa terra e das suas gentes por este país fora e por este mundo onde os emigrantes se encontram distribuídos.

O segundo assunto que eu gostaria de falar é sobre o proto de abrigo para pescadores que todos sabemos que sofreu alguns atrasos e que a Câmara por aquilo que me é dado a conhecer está a fazer tudo para que a situação se resolva. Só pedia é que a situação fosse ultrapassada o mais urgente possível porque efetivamente os pescadores têm uma necessidade muito grande de poderem utilizar essas instalações. Muito obrigado.”

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁴¹

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁴²

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁴³

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁴⁴

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁴⁵

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁴⁶

Vogal Paulo Fontes (PS)⁰⁴⁷

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰⁴⁸

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰⁴⁹

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵⁰

“Senhor Presidente, para referir que no documento de Divisão de Apoio Jurídico, que deve ser claro, e confesso-lhe Senhor Presidente que não percebi e esclareça-me se é um lapso ou não, há um cidadão que interpõe uma ação contra o município (que presumo seja funcionário porque pede o pagamento de subsídio de transporte em automóvel próprio) e na explicação que é fornecida à Assembleia Municipal diz que não foi fornecida qualquer resposta ao Tribunal por motivo de não haver enquadramento da fórmula de cálculo aplicada à liquidação da taxa municipal de

Protecção Civil. Parece-me aqui manifestamente um lapso ou então, e por isso o pedido de esclarecimento que lhe solicitava, por que se não torna-se ininteligível.

Relativamente à Comunicação propriamente dita só duas questões que se prendem com o ponto 26 “rescisões por mútuo acordo”. O Senhor Presidente refere que o PAM previsivelmente em junho estará ultimado por parte do gabinete de gestão, mas esta rescisão de 18 funcionários agora acrescido de mais 3, o que lhe perguntava era se a câmara está previsivelmente a desenvolver diligências neste momento para alargar este número, porque relativamente ao universo dos trabalhadores como é que está estas rescisões por mutuo acordo.

E uma outra questão que se relaciona com esta, mas que não está referido, e que questiono porque já foi abordado nesta Assembleia Municipal, no dia em que sabemos que as autarquias de Figueira da Foz, Alcobaça e Batalha, viram acordado com o Governo a redução para as 35 horas semanais, como é que está a situação da Câmara de Aveiro? O Senhor Presidente teve ocasião de referir que estava a diligenciar com o STAL a possibilidade de haver anuência por parte do Governo, saber em que ponto é que essa situação se encontra, na medida em que vamos assistindo quase diariamente outras autarquias virem a subscrever essa redução, reposição melhor dito, das 35 horas. E era só isso.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[051](#)

“Sobre a comunicação do presidente e a atividade municipal neste período, apraz-nos dizer que ela foi muito intensa, e tendo sempre no nosso ponto de vista um fim, neste caminho de ida para a frente o caminho faz-se andando e queremos crer que estamos caminhando no sentido da melhoria da vida dos aveirenses e de Aveiro.

Foi um período recheado de festas. Tivemos as Festas do Município, tivemos a festa do estudantes mais uma vez feita junto da cidade, aproximando a cidades aos estudantes e a cidade aos estudantes.

De realçar também e da parceria do Município com a Associação de Estudantes e a Reitoria, e com o patrocínio de uma empresa Aveirense a CivilRia na realização graciosa de um espetáculo musical no Cais da Fonte Nova.

E falando um bocadinho sobre festas e porque se falou aqui nas festas de São Jacinto, nesta bancada queremos crer senhor Presidente que não estamos nada parecido como foram os anteriores festivais de São Jacinto. Esperamos que o “Tuga Fest” corra bem e que os velhos do Restelo mais uma vez não tenham razão e que desta vez os dinheiros dos Aveirenses não sirvam para financiar festas como noutros tempos aconteceu.

Não menos importante que estas festas, assistimos à transferência neste período do início de funções dos novos “serviços urbanos” do Município. Localizados nas instalações do antigo Aterro em Taboeira e que após um grande trabalho dos funcionários do Município assistimos a uma inauguração de um edifício urbano, onde funciona o horto municipal e onde os alunos das escolas já frequentam ações de formação na área ambiental. De realçar além da poupança dos milhares de euros mensais a beleza nos acabamentos do edificado que teve por base sempre referencias ecológicas utilizando o reutilizar como base de trabalho.

De referir também o acordo entre a CMA e o Governo no âmbito do pagamento da dívida no âmbito do Aveiro/ Polis. E aqui não queria deixar de registar as palavras do Vereador do partido Socialista João Sousa que sobre o assunto referiu “elogio a grande capacidade negocial de Ribau Esteves nos terrenos da TIRTIF” e “registo a surpresa pela capacidade negocial do Executivo no âmbito da negociação da sociedade

Polis”. Apraz-nos registar estas palavras de conforto e elas indicam-nos que o executivo está no bom caminho.

Desejava também registar como má a renúncia ao mandato do Sr. Vereador Élio Maia. E registá-lo como mau, porque agora como no passado entendemos que os eleitos, uma vez empossados, devem cumprir os mandatos para os quais foram eleitos.

Por fim, não está guardado o melhor, mas um momento muito importante passado no nosso concelho neste período. Um momento político importante, não o mais importante, mas de mais importância. Estou a referir-me ao Congresso da Região de Aveiro em que o tema foi a Descentralização e o Investimento. A CIRA trouxe até nós altas individualidades que falaram sobre vários temas e contámos na sessão de abertura com a Presidente da CCDR Centro e o Secretário de Estado da Administração Local. Tivemos muitos e vários especialistas na área da água, da Ria, do investimento 2020, da água doce, energia. Tivemos uma excelente intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Águeda, o Socialista Gil Nadais que nos falou sobre serviços partilhados entre a CIRA e o Governo. E que nos falou da diferença entre Transferência e Delegação de Competências dizendo que transferências são Lei — os Municípios têm que aceitar. E deu como exemplo as transferências dos transportes escolares. Neste momento Águeda tem uma despesa de 500 mil euros e recebe 120 mil euros. Delegações de Competência é diferente, a Câmara faz se quiser e no futuro se quiser deixa de fazer — portanto não há uma obrigação de fazer. Também referiu naquela sua intervenção e gostei de ouvir “temos que olhar mais para o que nos une e menos para o que nos separa”. Com a Delegação de Competências “ganha-se escala e eficácia, há uma mudança de mentalidades, há um sair da zona de conforto, há que mudar a maneira de estar e fazer política” e terminou dizendo: “Quando os ventos sopram ruidosamente, uns abrigam-se, outros constroem moinhos”.

Naturalmente este Congresso terminou com a intervenção do Presidente da CIRA e Presidente da CMA deixando um recado sério ao Governo que na área do Ambiente é necessário em termos da Região de Aveiro planear menos e fazer mais.”

Vogal Santos Costa (JPA)⁰⁵²

Presidente da Mesa⁰⁵³

Vogal Santos Costa (JPA)⁰⁵⁴

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁶

“Muito obrigado. Gostava de agradecer a todas as intervenções e tomámos boa nota de tudo. Não poderei responder a tudo mas tomámos boa nota de tudo.

O António Salavessa referenciou alguns ganhos financeiros, nós poderíamos estar aqui a referenciar muitos mais. Cito apenas um que está no texto da actividade e que tem a ver com os seguros. O nosso concurso, embora não tenha corrido bem naquilo que foi a quantidade de propostas, permite-nos um ganho anual directo de quarenta mil euros. Nós estamos a tomar muitas medidas com muitos ganhos em muitas delas, uns com maior relevância financeira, outros com menor e outros com expectativas, como por exemplo neste concurso da energia em que só temos expectativas. Mas nalguns, por exemplo no dos seguros, já temos valores.

Em relação ao terreno do Pólis a lógica é a seguinte. A Câmara é proprietária de uma parcela dentro da área que nós normalmente referenciamos como a área da empresa. Aquilo que o meu antecessor alinhavou como negociação é uma parcele que está dentro do Pólis. Digamos que há ali, dentro do TIR-TIF, o que nós chamamos TIR-TIF e que chamamos mal. Há, basicamente, ali dois terrenos. O terreno do edifício-mãe, do

edifício dos escritórios até à vedação, à entrada principal, é mesmo da empresa AveiroPólis. E depois há um outro, mais ou menos o que está atrás, que tem um outro edifício com armazéns de empresas, que é quase todo da Câmara. A lógica é, no fecho da empresa, na assunção das responsabilidades da Câmara, que são cerca de dois vírgula seis milhões de euros, porque tem que se dividir o passivo pelos sócios, valorizou-se este terreno em novecentos mil euros para que a Câmara assumira a sua quota-parte de responsabilidade num processo que tem cerca de seis vírgula cinco milhões de euros de responsabilidade. O meu antecessor entendeu bem, eu recebo esta negociação com estes alinhavos, que uma parte podia-se pagar com este terreno que está valorizado em novecentos mil euros. O nosso protesto, por isso a negociação está aberta e ainda não a fechámos, é que não podemos aceitar que um terreno que quando foi entregue da APA para a empresa foi valorizado protocolarmente em um vírgula nove milhões que agora seja apenas valorizado em novecentos mil. Um. Dois, como a nossa opção é, em termos de capacidade construtiva do terreno e extinto o plano de pormenor do Pólis, ficar em vigor o Plano Director Municipal, aplicando o PDM para aquela área a nossa avaliação atribui um valor àquele terreno de cerca de dois vírgula oito milhões de euros. É nesta a operação que estamos a fazer essa diligência na perspectiva da liquidação da empresa sem afectação financeira à Câmara, embora lutemos pela nossa opção, obviamente, a DGTF tem o seu ponto e, algures, haverá um espaço de entendimento. Depois há uma outra questão que é a destruição do Plano de Pormenor do Pólis, propriamente dito, do qual, além do mais, esta zona é pouco relevante. As diferenças que estão previstas no Plano de Pormenor do Pólis e no actual PDM para esta área não são relevantes, elas são muito relevantes para as zonas da antiga Lota e outras; aí sim, a relevância é grande mas aqui não é relevante.

Vários de vocês falaram de questões sobre o policiamento, o Salavessa da questão dos moradores. Nós gostamos de ser muito claros embora numa ambiência de cooperação institucional que é aquela que queremos ter com as nossas autoridades policiais. Não vale a pena estarmos a dizer que há um imposto sobre os moradores da Beira Mar. O que há é uma baixíssima qualidade no serviço de policiamento. Portanto, Salavessa, não vale a pena estarmos a inverter o ónus da circunstância que vivemos. O que se passa é que a autoridade policial tem uma eficiência baixíssima. Aliás, nessa zona até há dois indícios dessa baixíssima eficiência: essa e os arrumadores que são operações absolutamente ilegais no nosso município, que fazem crime de extorsão de dinheiro aos nossos concidadãos todos os dias e que prosseguem. Tivemos uma fase, em meados do ano passado, em que houve objectivas melhorias, eu diria que o primeiro semestre deste ano destruiu as melhorias que tivemos no primeiro semestre do ano passado. Onde é que está o problema? O problema não está na Câmara, o problema não está na política da decisão administrativa. Há, de facto, uma baixa qualidade na eficiência do policiamento. Estamos a trabalhar no âmbito da boa cooperação institucional, que continua a ser boa, para que esta eficiência aumente. Agora, pegar nisto e dizer que estamos a cobrar um imposto de quinze euros aos moradores, peço desculpa, é uma situação que pode ser interessante na dialéctica política mas que está bem longe daquilo que é a realidade objectiva da gestão daquele espaço público.

O António Neto falou de uma questão, estou ao dispor para no momento próprio, num ponto específico, discutir esta matéria, não vou estar aqui a dar opiniões mas deixar as coisas claras. A Câmara faz, eu e os Srs. Vereadores, as pessoas do meu gabinete, o meu adjunto e o meu chefe de gabinete, fazemos muitas dezenas de reuniões por semana. Entendemos que não faz qualquer sentido fazermos actas e pô-las na exposição à Assembleia Municipal dessas reuniões. Não faz sentido nenhum. Umas são mais abertas, outras menos fechadas, mas nenhuma secreta. O seu informador que

esteve nessa reunião sabe bem que a reunião não teve nada de secreto, foi uma reunião de partilha de ideias, de partilha de um modelo, que começou e acabou com total elegância e total democraticidade. Ninguém impõe nada a ninguém, estamos a conversar sobre um modelo que nem é preciso trazê-lo de nenhum município vizinho, já que é um modelo que existe no nosso município e que funciona muitíssimo bem. De facto, aquilo que a Maria Arminda disse é muito importante. A presença dos pais, com responsabilidades formais, na gestão activa e directa da escola naquilo que são serviços que respeitam, nomeadamente, a si próprios, dos chamados complementos à família, serviços CAF, é de facto muito importante. Em Portugal há bons exemplos de vários modelos. Há bons exemplos com o modelo da Associação de Pais; há bons exemplos com o modelo de gestão directa das câmaras municipais; há bons modelos com gestão por IPSS's; há vários modelos com muitos bons resultados. Nem sequer somos nós que conhecemos bem esses bons resultados dos diferentes modelos que vamos dizer que o modelo "A" é melhor que o "B". É preciso é não esquecer que estamos no município de Aveiro e estamos formalmente impedidos de contratar funcionários. É evidente que como temos muitos podemos reafectar funções, mas já disse aqui, na Assembleia Municipal, apenas o António Neto não estava aqui porque o Bloco de Esquerda é o recordista em renúncias de mandato na nossa Assembleia Municipal e roda imenso os seus membros, como bem o saberá, embora importaria saber porque é que tivemos três renúncias dos três primeiros eleitos do Bloco de Esquerda, coisas da transparência democrática de alguns, mas a verdade é que esta circunstância é praticada de forma absolutamente aberta e não há aqui nenhuma nota de arbitrariedade. Há é preocupações de legalidade e de cuidado com aquilo que está em causa. Nós, relembro, criámos uma equipa de limpeza e para criar a equipa de limpeza, para nos vermos livres de um contrato que custava cento e vinte mil euros ano, fizemos uma auscultação interna, parecer das chefias, tudo como deve ser, e depois eu fiz um despacho a dizer "este grupo de funcionários vai para a equipa de limpeza, a partir do dia x". Para trabalhar em escolas e jardins-de-infância esse método não é permitido no meu critério e no nosso critério. Isto quer dizer o quê? Que os funcionários que temos a mais não querem ter este tipo de trabalho e nós não vamos impor porque não é possível, neste tipo de funções, termos pessoas contrariadas, sem vocação, a cuidar de crianças. Não é possível, na nossa opinião. Portanto, é preciso arranjar modelos que nos permitam viver legalmente, pagar as contas e prestar bons serviços. O modelo de irmos contratar gente e seguir para a frente, no nosso caso, não é possível; estamos obrigados a reduzir três por cento do pessoal. Até ao ano passado foi fácil cumprir esse objectivo através das aposentações, este ano vai ser fácil cumprir com as rescisões por mútuo acordo, a partir do próximo ano mantendo-se as mesmas regras nós vamos passar a ter a maior dificuldade porque entramos numa fase em que o número de aposentações por ano é muito baixo.

Dra. Maria da Luz Nolasco, só lhe aconselho a fazer aquilo que se nota que ainda não fez que é ler a nossa proposta do Programa de Apoio Municipal, que já a tem há dois meses mas que se nota, perfeitamente, que ainda não lhe pegou, não leu uma palavra. Portanto, sugiro-lhe que vá ao seu arquivo, ao arquivo da nossa Assembleia Municipal, os documentos estão disponíveis e está lá, há dois meses, a proposta do PAM. Lendo-a, vai deixar de dizer um conjunto de disfuncionalidades como aquelas que partilhou conosco. Embora eu realce a sua condição activa porque é o último soldado dos ex-generais em funções, dois já renunciaram porque não querem saber disto para nada. Enalteço a sua presença e a sua lealdade para com quem a elegeu, embora derrotando-a mas foi eleita com toda a legitimidade.

Dr. Jorge Nascimento, continua a viver um mundo que não é o nosso. Nós recebemos as pessoas no gabinete, na rua, seja lá onde for, reunimos com toda a gente, falamos com toda a gente. Portanto, vive num mundo que não é o nosso mas seja feliz porque nós estamos também a trabalhar muito para, nós próprios, sermos mais felizes e ajudarmos as pessoas a aumentarem também a sua felicidade. Quanto aos saldos devedores as nossas empresas municipais nunca tiveram outra coisa se não saldos devedores, por isso, ao abrigo da lei, temos que acabar com elas, por isso, nós, finalmente, estamos a acabar com elas, apenas com ganhos de causa porque temos, comparando tempos comparáveis, temos ganhos nos saldos devedores. Mas elas não têm ponta por onde se lhe pegue e, portanto, está tudo dito e já deliberámos aqui. A sua análise tem que ser um bocadinho mais profunda, embora sabendo bem que o seu jeito para números é, particularmente, pouco ajeitado.

O Ernesto Barros e vários de vocês falaram da questão da Homem Cristo e da Carta Educativa. Nós, obviamente, não vamos estar aqui a debater esta matéria; lá iremos. Estamos a iniciar esse processo, já foi alvo de trabalho de uma reunião do Conselho Municipal de Educação, vai ser alvo proximamente de outra reunião. Fazemos esse trabalho com plena abertura, plena frontalidade e sem preconceitos. Este preconceito de que a minha escola é eterna é um preconceito que não faz qualquer sentido. Já viram o que era o Museu de Aveiro se o Convento de Jesus tivesse sido eterno? Já viram o que era a sede da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro se a Assembleia Municipal fosse eterna? Já viram tantas e tantas coisas, edifícios notáveis, como aquele que é para mim o mais fotografado edifício da nossa cidade, a antiga fábrica Jerónimo Pereira Campos, e gostamos tanto daquilo que quando nos referenciamos a ele, em regra, usamos o seu velho nome. Ninguém autoriza que aquilo deixasse de ser fábrica de produção de tijolos de barro vermelho? Está errado estar lá a Câmara ou o Centro de Congressos, o Centro de Emprego, etc., está errado? Esta lógica de que um edifício que nasce para ser uma coisa é uma coisa eternamente nós não partilhamos. Não vamos fazer isso nem com a Carta Educativa, nem com nenhum dos edifícios que são Escolas, nem com nenhum dos edifícios que são seja o que for. Uma coisa é preservação patrimonial. E o edifício onde está a Escola Homem Cristo, na nossa óptica, é um elemento patrimonial que devemos preservar, embora, é minha opinião, que lá fui aluno, que foi lá construída uma bastardia arquitetónica quando foi ampliado. Mas é a minha opinião. Outros, muito defensores daquela escola, quando viram a bastardia arquitetónica a ser construída não tenho notícia da sua reacção. Mas é a vida. Agora, edifícios de uso eterno, eu penso de que, como diria o meu outro presidente, nem no céu existem quanto mais na terra. É uma abordagem à matéria que nós, sinceramente, não fazemos. Fazemos é outro tipo de abordagem. De facto, a Parque Escolar, o governo do Partido Socialista e o governo do Partido Social Democrata que deu continuidade à opção de investir, de fazer dois grandes investimentos de requalificação de duas escolas que não são só secundárias, também têm terceiro ciclo, que é a José Estêvão e a Mário Sacramento. Não vamos falar hoje dos números, fica para outro dia, mas vejam quantas salas não ocupadas tem hoje a José Estêvão, quantas salas não ocupadas vai passar a ter a Mário Sacramento, e temos uma Escola Secundária, outra, no nosso município, em Esgueira, que a sua ocupação é de cinquenta por cento, repito o número, cinquenta por cento da área útil disponível. A Escola Homem Cristo, quando eu lá andei, tinha mil alunos, hoje tem quatrocentos. Nós temos um problema muito sério no nosso município, que também vai ao primeiro ciclo, que também vai ao pré-escolar, que também vai ao segundo e ao terceiro, é que temos uma quantidade em operação de edifícios absolutamente excessiva em função da nossa necessidade e áquilo que é a perspectiva de progressão

populacional, nomeadamente nesta década que temos na nossa mão. Portanto, trabalhamos com calma, com abertura, com profundidade e com uma nota muito importante que eu quero sublinhar e que o presidente Fernando Marques aqui referenciou. Sabem qual é o melhor edifício do primeiro ciclo e de pré-escolar do nosso município? Sabem qual é o melhor edifício em qualidade de construção, em espaço livre exterior, em tipologias raras, nomeadamente, dar-se ao luxo, uma escola de pré-escolar e de primeiro ciclo, de ter um enorme e extraordinário ginásio; sabem qual é? É, inacreditavelmente, o centro escolar de Santiago, no centrinho da nossa cidade, e que tem seis salas vazias. E porquê? Por coisas que não fazem qualquer sentido. Uma escola com excelente ambiente, com excelentes profissionais, com excelentes acessos e qual é o problema? Olhem, comparem com a da Glória. Uma obra vergonhosa de qualificação de uma escola que não tem nenhuma sala vazia mas que tem lá um edifício que é um mamarracho sem pés nem cabeça, que não serve para nada, com um conjunto de gabinetes ridículos que não servem para nada. Não sei se alguma vez o visitaram mas visitem que vale a pena para verem uma obra ridícula onde se atirou dinheiro para o lixo. O que é que nós temos que fazer? Temos que ajudar a nossa gente, os nossos pais, porque as crianças, obviamente, não tomam decisões dessas, a termos a Escola de Santiago cheia e podemos aliviar a carga. Já viram o espaço livre, o recreio da Escola da Glória? A Escola da Glória tem o espaço de recreio para uma escola que deveria ter metade da população. Portanto, há um conjunto de operações que nós temos que cuidar e estamos a cuidar delas no âmbito da Carta Educativa.

Ao presidente António Costeira, obviamente, não vou estar a dizer coisas a um presidente que sabe tudo. Em relação ao porto de abrigo, houve um problema gravíssimo que tem a ver com asneiras gravíssimas feitas por técnicos da Câmara Municipal de Aveiro. Estamos a resolvê-los com grandes dificuldades porque a matéria técnica é muito complicada. Corremos o risco de onerar financeiramente, de forma muito pesada, aquela obra. Neste momento só nos interessa uma coisa: trabalhar para resolver o problema porque temos uma data em cima de nós que é a de trinta e um de dezembro de dois mil e quinze. O Costeira sabe, temos trabalhado em perfeita ligação, é mais uma testemunha de que quando é preciso falar com o Presidente da Câmara ele está ao dispor, que nós gostamos muito dos nossos pescadores mas temos aqui um pequeno problema; ou nos despachamos, fazemos a obra e temos fundo comunitário, ou então ficamos sem saber o que é que havemos de fazer à nossa vida e nunca mais vamos acabar a obra, se não a conseguirmos acabar até ao final do ano. Nunca isto me passaria pela cabeça que um disparate técnico primário esteja hoje a custar-nos a paragem da obra e vamos lá ver qual é a solução técnica e qual é o custo da solução técnica para resolvermos os problemas. Felizmente os responsáveis técnicos tomaram a decisão de fazer rescisões por mútuo acordo, o que é bom porque também é bom que a incompetência vá deixando a nossa Câmara.

O Paulo Fontes referiu uma coisa e que falámos todos. Nós temos feito um grande trabalho, muito intenso, que o Vereador Jorge Ratola tem coordenado, de pressão sobre toda a gente para limparem os terrenos. Sinceramente eu acredito que haja nalgum, de vez em quando, um ninho de um pássaro mais interessante ou de uma cobra de côr mais bonita, mas nós temos que ter aqui algum equilíbrio de factores. É evidente que se nós tivermos uma grande matagal à volta da nossa cidade seguramente que nesse matagal se vão instalar algumas espécies interessantes; eu não tenho dúvida disso. O passarinho vai poder nidificar mais em paz porque os carros que passam, o cidadão que anda a pé ou de bicicleta vai perturbá-lo menos. Mas, sinceramente, há um ponto de equilíbrio que nós procuramos encontrar bem para que a relação entre estes dois factores funcione. E julgo que o temos feito, não tem nada de excessivo. Não vou

dizer que não haja um erro ou outro, mas procuramos encontrar esse ponto de equilíbrio para que isto tenha a qualidade que é precisa.

Quanto ao TugaFest só dar nota que é uma iniciativa privada, o nome é decisão do investidor privado, que vai investir trezentos mil euros, que tem o apoio institucional, logístico e financeiro da Câmara Municipal de Aveiro e do Turismo Centro Portugal, com muito dinheiro e muitos recursos e que nós apostamos no seu sucesso. Tem um grupo de destinatários principal, tem uma lógica e nós estamos cá a fazer o nosso trabalho e esperemos que tenhamos sucesso.

Quanto às cidades irmãs, Marques Pereira, a nossa lógica actual é mesmo nova. O que se está a fazer com Pelotas é um dos nossos novos bons exemplos. Já há cooperação empresarial liderada pela APOMA, já houve trabalho entre os doceiros de Pelotas, que é um grande centro da doçaria brasileira de inspiração portuguesa, com a APOMA; estamos a desenhar missões empresariais da AIDA para cuidarmos também, por essa via; e da relação com universidades. Aquilo que estamos a fazer é, nalgumas das nossas cidades irmãs que têm potencial a esse nível, potenciá-lo. Aquelas que não têm, como sabemos, nós não temos recursos financeiros para estar a investir, nem hoje, politicamente, alguém aceita que se ande. Que de vez em quando seja preciso ir lá ou cá, é, se não as coisas não funcionam. Nós, neste momento, apostamos muito em que venham cá. É a nossa estratégia circunstancial que venham cá, até porque a nossa vida, nesta fase, não nos deixa muito tempo para ir lá, mesmo que seja trabalhar, sabendo que quando vamos lá é para trabalhar mesmo que haja sempre um tempo lúdico-recreativo; mas isso também há cá, como não podia deixar de ser. Eu, por exemplo, fui a Nariz fazer uma parte do cicloturismo, onde me diverti imenso, fiz quarenta quilómetros de bicicleta, com muito gosto; depois dei cerca de seis ou sete audiências a cidadãos que não precisam de ir à Câmara para falar com o Presidente da Câmara, falaram ali, de calções, com uma boa garrafa de vinho em cima da mesa. Portanto, fizemos tudo... brincámos, divertimo-nos e trabalhámos. E trabalhámos bastante sobre coisas muito importantes, ninguém marcou audiências, mas resolvemos ali, ou alinhavámos, resoluções para seis ou sete questões; tenho aqui uma testemunha que é o presidente Antero que, embora no carro de apoio, também participou no cicloturismo que a Junta de Freguesia organizou no evocativo Dia de Portugal.

O Marques Pereira fez um anota sobre o ponto do Portugal 2020. É a vida, como diria o nosso António, que Deus tem para a política portuguesa e que felizmente o mundo tem para a política internacional. Infelizmente para vocês ele não quis descer ao povoado portugalense, preferindo manter-se no firmamento mundial onde tem tido, além do mais, uma prestação de excelência. Mas a questão é que nós estamos numa fase que é muito difícil. Começa, não na próxima semana mas na outra a seguir, a negociação de mesa dos Fundos Comunitários. Seria o pior que nós podíamos fazer andar com um debate/discussão em praça pública sobre um processo que é muito difícil, falaremos depois dele com toda a clareza, e que nesta fase não se fecha, em absoluto, grande coisa em termos de número de projectos que ficam já fechados. Primeiro, subordinamos ao programa de candidatura que está aprovado. Portanto, por mais que alguém queira opinar, nós subordinamos o programa da Aliança com Aveiro que foi sufragado pelos nossos concidadãos. Segundo, há, de facto, um conjunto de constrangimentos na operação do Pacto particularmente complexos. Eu acho que a esmagadora maioria dos municípios, por aquilo que eu vejo, tem feito isto de forma parecida com a nossa; porque, de facto, passamos à praça pública, e a Assembleia Municipal tem esse condão, seria, nesta fase, um erro gravíssimo que nos custaria, seguramente, espaço negocial onde nós estamos. As DLBC's são uma outra coisa. Não há projectos nas DLBCs. As DLBCs na pré-qualificação tiveram um plano estratégico

aprovado, agora vai abrir a fase da qualificação, na qualificação há um plano de acção que define tipologias de projectos e o pacote financeiro e a seguir as entidades gestoras da DLBC abrem concursos para os cidadãos individualmente, as empresas, as associações, as câmaras, possam apresentar projectos específicos para serem financiados. Portanto, aí não há mesmo projectos. Eu estou ao dispor para falar sobre isso com pormenor, a matéria, como o Marques Pereira disse, é muito complexa mas, quer dizer, não há também nenhuma coisa do outro mundo que não se partilhe essa mesma complexidade. Agora, estamos é numa fase de negociação daquele que é, neste momento, o pacote principal e que é o pacto que está integrado nos pactos para o desenvolvimento e a coesão territorial.

Já agora, o Filipe Neto Brandão questionou sobre as rescisões por mútuo acordo. Nós já temos vinte e duas, houve uma pessoa que entretanto, depois de aprovada, desistiu ainda antes de assinar o contrato. A Câmara não está diligenciar nada. A Câmara está disponível para algum funcionário que queira usar o mecanismo o possa usar; nós não estamos a fazer qualquer diligência.

A delegação e competências que o Dr. Jorge Nascimento referenciou no primeiro ponto, já tinha dado notícia, no Feriado Municipal, que nós temos o acordo fechado com o Governo no que respeita ao Museu de Aveiro. Julgo que as vantagens vão ser muito importantes e vamos apresenta-las, nomeadamente naquilo que vai ser a integração da gestão do Museu de Aveiro no todo da nossa política museológica e cultural. Colocarmos aquela peça tão rica do nosso património cultural a ser um elemento activo, presente e liderante, na nossa política cultural; que o não é, como todos temos boa consciência. O acordo que está feito é todos os encargos que hoje aquela casa tem serão assumidos pela Câmara, que será a sua nova entidade gestora, transferindo o Governo, por duodécimos, esse valor a cem por cento, com mecanismos de eficiência que o próprio contrato define e que aqui virá numa próxima reunião e que será, seguramente, próxima.

No Parque Infante D. Pedro, Dra. Seíça Neves, aquilo que está mal é aquilo que falta. Nós temos um problema sério que está praticamente ultrapassado mas que ainda não está totalmente e que se refere à empreitada de requalificação ambiental que ainda não fez a limpeza da lagoa. Porquê? Porque o empreiteiro quando começou a ver o preço que tinha dado no concurso viu que não lhe chegava. Nós tivemos que usar todos os mecanismos para dizer ao empreiteiro que não tem espaço de liberdade para dizer que não sob pena de lhe ser caçado o alvará, todo um conjunto de procedimentos, mas nós não abrimos mão disso. É uma peça central da qual não abrimos mão. Infelizmente a operação que vai começar vai estragar um bocadinho algumas coisas que já estão feitas, porque é preciso acessibilidade de máquinas e de camiões, mas não foi possível fazer de outra maneira.

Quanto às águas dos canais somos a primeira Câmara Municipal que faz análise à qualidade da água dos canais urbanos da nossa cidade. Assumimos e estamos a executar um compromisso com a Agência Portuguesa do Ambiente de fazer análises e, nos aspectos negativos, tomarmos medidas para termos sempre uma opção de crescer na qualidade dessa água que queremos que tenha qualidade porque está no centro urbano, é fruída em termos de lazer. Não é, obviamente, para a colocar com condições de água banhar mas cumprindo a função que tem e que queremos que ela cumpra com o máximo de qualidade possível.

Quanto ao busto Manuel Firmino, está tudo dito. Eu disse no meu discurso parabéns ao Presidente, muito obrigado à Junta de Freguesia, temos todo o gosto que tenha dado essa dádiva á cidade e aos cidadãos e à história. Não pertenci ao programa das comemorações, não colocamos no nosso bolso o que não é nosso. Tivemos muito gosto

em aceder ao convite do Sr. Presidente da Junta e de representar os cidadãos do município e agradecer à Junta de Freguesia ter feito o que fez.

Quanto ao Beira Mar, o clube passa um momento absolutamente crítico, espero que não seja o seu último momento crítico, espero que tenha outros momentos críticos porque é sinal que isto não seja o fim. O Beira Mar está a ser vítima de muitas asneiras muito graves que foram feitas dentro do Beira Mar e fora do Beira Mar, nomeadamente numa entidade chamada Câmara Municipal de Aveiro. Tenho tido o máximo empenho para ajudar a fazer as pontes, a arranjar soluções, investidores, sem horas e sempre ao dispor. Mas, de facto, o acumular de asneiras é demasiado grave. O jogo, neste momento, tem uma data que é vinte e dois de junho e vamos ver se até à data aquilo que é preciso resolver se consegue resolver. Da minha parte, da parte da Câmara, estamos a dar tudo o que é possível, da nossa parte, para que haja bom destino e bom futuro porque é um património muito importante.”

(Saiu da Sala a Vogal Maria da Luz Nolasco Cardoso)

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE)⁰⁵⁷

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁵⁸

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁵⁹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶⁰

“Eu percebo que a Assembleia não tenha a informação sistematizada. Para responder à questão do Marques Pereira e de outros. O Pacto tem nove áreas. Baixo Vouga Lagunar, alguém tem dúvidas do que é que está no Baixo Vouga Lagunar? Não há dúvidas, pois não? Reabilitação das obras hidráulicas feitas; ampliação, que é a grande peça, do dique no sítio onde parou até ao encontro com a margem norte do Rio Novo do Príncipe e ponte-dique sobre o Rio Novo do Príncipe. Pronto, são as grandes peças. Alguma novidade? Nada de novo. Aquilo que fizemos foi somar a peça da ponte-dique às peças do velhíssimo projecto do Ministério da Agricultura do Baixo Vouga, fase I porque o Baixo Vouga tem uma fase II, de mais vinte e três milhões de euros que não há qualquer justificação na sua utilização sem que a fase I esteja concretizada.

Dois, Polis Litoral da Ria de Aveiro. Tem um conjunto vasto de projectos na lógica de pequenas qualificações de intervenções na frente ribeirinha. Nós temos algumas importantes, que já anunciei publicamente, nomeadamente a qualificação de toda aquela faixa frente da antiga EN 109-7, entre a marinha da Troncalhada e o Sporting Clube de Aveiro e o nosso futuro CMIA, e as grandes intervenções do desassoreamento, da qualificação do salgado norte por reposição de diques e motas. Isto é o Pólis. É evidente que gostávamos muito de coisas à moda antiga, como parques de merendas. Gostávamos muito de qualificar, por exemplo, o Parque da Balsa mas nos fundos comunitários atuais essa tipologia elegível infelizmente. Embora, como isto dos fundos comunitários, mais à frente, vai levar voltas, nós não desistiremos de algumas coisas que, à nascença, não estão lá. Como diria o outro, a luta continua.

Modernização administrativa é um projeto intermunicipal para colocarmos lá o processo da qualificação, em termos administrativos, das nossas instituições, nomeadamente na desmaterialização, na utilização de novos sistemas de colocação de informação, nomeadamente a famosa “nuvem” ou “cloud” abandonando as opções pesadas e caríssimas dos servidores. Muito bem, Sr. Presidente, fico por aqui. Muito obrigado.”

PONTO 2. – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO AUMENTO DE CAPITAL DA ADRA-ÁGUAS DA REGIÃO DE AVEIRO, S.A.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 06/05/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁶¹ deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para explicar o documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶²

“Muito ligeiramente, para dizer que isto para pôr formalmente em ordem um processo administrativo que está absolutamente executado. O que aconteceu foram dúvidas que se arrastaram durante muito tempo. Aliás, herdámos este processo com essas dúvidas dos nossos antecessores e que eram se o processo tinha ou não tinha que ir a visto do Tribunal de Contas. O que aconteceu e que facilitou o trabalho é que três municípios enviaram o processo para o Tribunal de Contas; um foi o nosso ainda pelo Presidente Élio Maia só que o Tribunal devolveu sem se perceber o que é que o Tribunal queria. No que respeita a Ovar e a Estarreja, o Tribunal visou. E isso tirou as dúvidas todas de que era esse o caminho que devíamos seguir. Levámos à Câmara, trazemos à Assembleia, embora houvesse um município, que é outra das novidades que este processo tem, que foi Oliveira do Bairro que não levou à Câmara, não levou à Assembleia, enviou para visto com a assinatura do Presidente e veio o visto na semana passada. Mas nós aqui seguimos o caminho completo, é para pôr, repito, em ordem formal algo que estava previsto desde o início no contrato da AdRA e que está financeiramente executado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶³

“Muito obrigado. O Ponto dois agendado para esta sessão ordinária e com o tema de aumento de capital da AdRA remete-nos para uma apreciação relativamente ao desempenho desta empresa que tem gerido um recurso tão importante. Infelizmente transformou a sua atividade num simples negócio. No passado venderam aos aveirenses as virtudes de uma empresa regional para a gestão da água e saneamento. Isto num concelho onde o investimento estava em grande medida realizado. A transferência do município para a AdRA ficou segundo os últimos dados que Aveiro ficasse no pódio onde a tarifa hídrica é das mais caras. O argumento que levou o município a entrar na AdRA era falsa, demagógica, e tem como intuito final a concessão e a entrega a privados da gestão.

O Bloco de Esquerda foi contra a entrada dos municípios na AdRA. Tínhamos todos os motivos para o fazer. Fizemo-lo porque entendemos que o sector da água deve ser público. A constituição dos sistemas intermunicipais participados pelas Águas de Portugal, não está desfasado com a intenção deste Governo de que ele seja para concessionar ADP a privados.

Hoje temos ainda mais razões para dizer que a adesão à AdRA foi completamente errada. A entidade reguladora de águas e resíduos já considerou a factura da água da AdRA como a segunda factura mais cara do país.

Agora a DECO alerta para o mesmo. A factura da água da AdRA está entre as mais caras do país, somente ultrapassado pela Trofa e Santo Tirso. A DECO compilou os dados e apresentou-os os resultados há poucos dias.

Por exemplo, para um consumo de 120 metros cúbicos anuais de água os aveirenses pagam quase 413,69€. 155,41€ pelo abastecimento de águas, 151,02€ pelo saneamento e 107,26€ pelos resíduos sólidos urbanos.

A AdRA não tem tido um sentido de serviço público. Tem alinhado pelas piores práticas de insensibilidade social. Anunciou com pompa e circunstância uma inovação experimental no país e que é absolutamente lamentável. Em caso de rescisão de contratos de água passou a fechar o saneamento!?

O responsável pela empresa justifica (e passo a citar) “como é natural deixa de ser viável a utilização de uma habitação sem o sistema de saneamento em funcionamento”. A AdRA não tem soluções para quem por motivos financeiros não consegue aceder ao abastecimento de água. Pelo contrário tenta implementar medidas que possibilitem o uso da habitação em particular os mais pobres da sociedade.

O Bloco de Esquerda considera a água como direito humano. Tem uma proposta de tarifário que salvguarde o acesso de todos à água, à sustentabilidade dos recursos e ao seu financiamento. Já o apresentou nesta Assembleia e também na Assembleia da República. Defendemos a água pública e rejeitamos qualquer regime de entrega a privados deste monopólio natural.

A pergunta que devemos fazer é se a AdRA vale a pena? A resposta é não. A AdRA agravou as condições de vida no concelho por ser das faturas de águas mais caras do país e pelas suas práticas de insensibilidade social.

A AdRA retirou da alçada direta da democracia as decisões de um bem comum. E é nesse portanto que achamos que o negócio foi apenas mau na baixa avaliação que foi a atribuída a este ativo dos serviços municipalizados de Aveiro. O negócio foi mau para a população porque foi no sentido de atacar o serviço público e de aumentar os tarifários para entregar o sector a privados. Por estes motivos Aveiro deveríamos estar fora da AdRA.”

(Saiu da sala o Vogal Antero Marques dos Santos)

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁶⁴

Presidente da Mesa⁰⁶⁵

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶⁶

Senhor Presidente, muito telegraficamente, penas para referir que as considerações sobre os objetivos pressupostos da AdRA são excêntricos à discussão que nos traz aqui hoje de nos pronunciarmos sobre o aumento de capital que se traduz na manutenção da proporção da atuais participações sociais e não se nos oferece qualquer dúvida e, portanto, votaremos favoravelmente esta proposta.”

(Saíram da sala as vogais Mónica Filipa Cristóvão Gomes e Daniela Marisa Pereira de Magalhães)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶⁷

“Sumariamente só para dizer ao António Neto que a sua intervenção é marginal à realidade, marginal até ao ponto da ordem de trabalhos. A AdRA é hoje uma empresa muito bem gerida, é uma referência de grande qualidade na gestão da água m Portugal, temos um tarifário sustentável que só será auto-sustentável daqui a dez anos,

porque ele está, ainda hoje, com financiamento externo e, portanto, a auto-sustentabilidade só chega ao final do terceiro quinquénio e nós estamos a começar o segundo quinquénio. Este passo formal que damos aqui é particularmente importante. É bom, nomeadamente quando se olha para a factura, olhar que nem tudo é água e o que onera a factura dos aveirenses é a nossa inacreditável taxa de resíduos sólidos urbanos e que é absurdamente alta, não tem nada a ver com a AdRA, tem a ver com a palpérrima gestão que a nossa câmara faz dessa matéria há dezanove anos. Agora, fico, obviamente, satisfeito com o apoio da Assembleia a esta nossa proposta para que possamos terminar bem o tratamento formal deste contrato que temos com a AdRA e que está, neste momento, a entrar no seu sétimo ano de vigência.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁶⁸ o ponto 2 - Apreciação e votação do Aumento de Capital da AdRA-Águas da Região de Aveiro, S.A, sendo aprovado por maioria, vinte e oito votos a favor (PSD11+CDS5+PS10+IND2), zero abstenções, e dois votos contra (BE1+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal António Salavessa (PCP):⁰⁶⁹

“O voto contra do PCP não é determinado pela natureza concreta do acto, mas assume a figura de um voto de protesto por duas razões fundamentais. A primeira tem a ver com a coerência.

Desde a primeira hora que o PCP se manifestou contra este processo de criação da AdRA e da entrega da água pelo município à AdRA pelas razões que expôs na altura e que a vida tem confirmado.

Defendemos que a água deve se sempre gerida pelos municípios e tendo o seu controlo os municípios. E a vida tem demonstrado que não há melhor serviço e que os encargos dos municípios não têm vindo a diminuir – antes pelo contrário.

A segunda razão é determinada pelo contexto atual. Apesar do Senhor Presidente dizer que as “Águas de Portugal é um exemplo de gestão” estamos a formalizar o alargamento da participação do município no preciso momento em que a empresa Águas de Portugal está a privatizar um dos seus principais ativos, a EGF, um grupo rentável que envolve 11 sistemas de recolhas de resíduos, com um volume de negócios na ordem dos 170 milhões de euros ano e com lucros acumulados de 170 milhões de euros de lucros nos últimos 3 anos. Portanto, uma empresa que está alienar um dos seus principais ativos não pode ser exemplo de boa gestão.

Vogal António Neto (BE):⁰⁷⁰

“Relativamente a esta questão votámos contra porque mais uma vez afirmamos que a água deve ter carácter de gestão nos municípios. E vamos ver, vamos estar atentos, se isto não é uma antecâmara da privatização. E aqui o Senhor Presidente da Câmara Municipal diz que daqui a dez anos será sustentável, mas não sabemos se daqui a dez anos estará nas mãos de todos nós. E também, sabemos nós, que a factura que chega a todos os munícipes de Aveiro não é só da água e não é só da responsabilidade da AdRA, mas isso reflete de facto e não conseguimos perceber para onde vai tanto dinheiro, e num tempo que cada vez temos menos recursos e cada vez menos sabemos qual será o destino destas águas. Muito obrigado.”

(Reentraram na sala as Vogais Mónica Filipa Cristóvão Gomes e Daniela Marisa Pereira de Magalhães)

PONTO 3. – APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO DA MOÇÃO: «PELO CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PARA A RETIRADA DA COBRANÇA DE PORTAGENS NO PÓRTICO NA A25, CONHECIDO COMO “PÓRTICO DO ESTÁDIO”».

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁷¹ deu a palavra ao proponente da Moção (Partido Bloco de Esquerda) para apresentação do documento em epígrafe.

Vogal António Neto (BE):⁰⁷²

“Muito obrigado Senhor Presidente. A posição do Bloco de Esquerda sobre as portagens nas ex-scuts é conhecida. Consideramos esta Pareceria Publico Privada absolutamente ruinosa, onde a população paga as portagens e ainda os impostos para garantir as rendas dos concessionários. Ao colocar as portagens aceitou o Governo dar 11,5 mil milhões de euros às concessionárias! É mais uma parceria público privada ruinosa. Neste ‘negócio’ o Estado assume todo o risco. Se passarem muitos carros nas ex-scuts o lucro vai para o privado, se passarem poucos carros o Estado paga a diferença de cada carro que não passe. Foi dado um autêntico jackpot às concessionárias. Consideramos esta colocação de portagens ruinosa nas ex-scuts, que afetou negativamente a economia, o turismo, a atividade das empresas assim como as deslocações dos residentes e visitantes.

Consideramos que as estradas não podem ser privatizadas. No caso das ex-scuts falamos de autoestradas construídas em cima de IC ou estradas nacionais, pelo que não existe alternativas viáveis à sua utilização.

É sabido que nos batemos contra as portagens nas ex-scuts e apresentámos já várias propostas neste sentido. A Moção que aqui trazemos hoje incide sobre a resolução tomada pelo pórtico da A25, mais conhecido como o pórtico do estádio.

A 5 de Abril de 2013 apresentámos o projeto de resolução n.º 676/12 recomendando ao governo o fim da cobrança das portagens no pórtico anexo ao estádio assim como a não introdução de novas portagens. A 12 de Abril de 2013 foi a votação. O primeiro dos três pontos foi aprovado dando origem à Resolução 64/2013 da Assembleia da República. O texto da resolução é bastante claro e passo a citar “A Assembleia resolve nos termos do artigo 166.º da Constituição, recomendar ao Governo que retire a cobrança de portagens no pórtico de Aveiro, conhecido como pórtico do estádio.”

O Bloco de Esquerda apresenta à Assembleia Municipal de Aveiro a presente Moção com o objetivo do cumprimento da Resolução da Assembleia da Republica para a retirada de cobrança do pórtico do estádio.

Apesar de terem passado mais de dois anos sobre a aprovação da resolução, o pórtico continua sem ser retirado. A população de Aveiro continua a ser prejudicada. Dois anos depois o Governo continua sem cumprir a Resolução da Assembleia da Republica apenas para manter os privilégios das concessionárias. Este pórtico situa-se na zona de circulação urbana de Aveiro, afeta portanto as populações nas suas deslocações locais. É urgente a sua remoção.

Aveiro e esta Assembleia tem muito para fazer nesta matéria. Há muito que pode ser feito pela retirada do pórtico. Aprovar esta Moção é um desses passos. A Assembleia Municipal deliberar que quer o cumprimento de uma Resolução tomada na Assembleia da Republica é um passo importante para a retirada do pórtico.

A posição do Bloco de Esquerda é clara. A sua proposta também. Esperamos que esta Assembleia delibere em defesa dos interesses dos cidadãos e das cidadãs em nome do interesse público. Obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁷³

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁷⁴

(Saiu da sala o Vogal José Gonçalo Borges Belo da Fonseca)

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁷⁵

Vogal António Neto (BE)⁰⁷⁶

Presidente da Mesa⁰⁷⁷

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)⁰⁷⁸

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁷⁹

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰⁸⁰

“Obrigado Senhor Presidente. É com a maior repulsa que eu olho para esta Moção! Esta Moção diz-me isto claramente. Os Portugueses não podem confiar nos seus deputados. Os Cacienses não podem confiar nos deputados eleitos pelo distrito de Aveiro. Porque está provado que este roubo que fizeram ao taxarem a A25 (e eu defendo a minha dama) entre o nó de Angeja e o nó do estádio, foi um roubo o que fizeram. E a reivindicação dos aveirenses não pode nunca ser o pórtico do estádio só. A reivindicação dos aveirenses tem de ser sempre a ligação Angeja/Aveiro. Porque isto, além dum roubo que um governante nos fez, com a permissão de um alto representante do Estado em Aveiro na altura (hoje deputado). Eu não posso votar nunca esta Moção. Estou aqui indignado por haver aqui deputados municipais dizerem que vão aprovar esta Moção. Isto é uma vergonha para Aveiro! Vexas não estão a defender os interesses de Aveiro. Aveiro começa no Vouga, não começa no estádio! Vocês estão a defender uma coisa que destrói a qualidade de vida das pessoas de Cacia. E portanto eu voto contra. Vexas podem todos votar a favor fica à vossa responsabilidade.”

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁸¹

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰⁸²

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁸³

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁸⁴

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁸⁵

Vogal Ernesto Barros (CDS)⁰⁸⁶

De seguida o Grupo Municipal do PPD/PSD⁰⁸⁷ requereu à Mesa a interrupção dos trabalhos da reunião, nos termos regimentais.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa⁰⁸⁸ deu a palavra aos seguintes vogais:

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁸⁹

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁹⁰

Vogal Jaime Vinagre (PS)⁰⁹¹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁹²

Vogal António Neto (BE)⁰⁹³

Presidente da Mesa⁰⁹⁴

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁹⁵

Presidente da Mesa⁰⁹⁶

Vogal António Neto (BE)⁰⁹⁷

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰⁹⁸

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁹⁹

Vogal António Neto (BE)¹⁰⁰

De seguida o Presidente da Mesa perguntou ao Presidente da Câmara se queria usar da palavra, tendo o mesmo escusado a sua intervenção.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação¹⁰¹ ponto 3 – Apresentação e votação da Moção: Pelo cumprimento da Resolução da Assembleia da República para a retirada da cobrança de portagens no pórtico na A25, conhecido como “Pórtico do Estádio”, sendo a mesma rejeitada, com quinze votos contra (PSD11+CDS3+PS1) três abstenções (PSD2+CDS1) e treze votos a favor (CDS1+PS8+BE1+PCP1+IND2).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal António Neto (BE):¹⁰²

“Só queria dizer que tivemos aqui mais uma oportunidade de mais uma vez pressionar o governo que mantém a ilegalidade, meramente com o tacticismo político de algumas das bancadas, de algumas pessoas que têm a noção deste incumprimento por parte do governo na manutenção do Pórtico do Estádio e não fazerem, infelizmente outras bancadas não o têm porque acusam o Bloco de Esquerda diariamente. Muito obrigado.”

Vogal Jaime Vinagre (PS):¹⁰³

“Muito obrigado Senhor Presidente. Era só para realçar a minha intervenção anterior e fazer justificação do sentido do meu voto e tinha de mostrar solidariedade com Cacienses onde faço parta da comunidade. Muito obrigado.”

Vogal António Salavessa (PCP):¹⁰⁴

“Uma orientação e uma prática do Partido Comunista Português e da CDU nas autarquias, tem sido desde sempre, olhar para as propostas pelo seu conteúdo e não para quem as propõe e votar pelo seu conteúdo. Com o nosso voto a favor mantivemos esse princípio e essa prática.”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS):¹⁰⁵

“Reiterar e dar como reproduzido na declaração de voto a minha intervenção de à pouco. Apenas para referir que votámos favoravelmente esta Moção, que visa uma resolução já aprovada pela Assembleia da República que visa recomendar ao governo a retirada da cobrança de portagens no Pórtico da A25 conhecido como Pórtico do Estádio, sendo certo que o Partido Socialista como sempre referiu desde a instalação das portagens nos pórticos no concelho de Aveiro que apoiaria qualquer proposta que visa-se a retirada da taxaço do trânsito intramunicipal e, portanto, nesse sentido votamos favoravelmente.”

Vogal Firmino Marques (PPD/PSD):¹⁰⁶

“Abstive-me, porque não deixo de estar solidário com as pessoas de Cacia e toda aquela zona, mas simultaneamente também percebi que o Bloco de Esquerda estava disponível para incluir no ponto além do conteúdo que tinha, a inclusão dum ponto onde também entendêssemos fazer chegar à Assembleia da República a necessidade de excluir aquele Pórtico. E portanto achei que aqui havia uma situação equilibrada e, portanto, daí esse meu sentido de voto.”

Vogal Ernesto Barros (CDS):¹⁰⁷

“Votei a favor porque sei que é uma luta que há muitos anos andamos a fazer em relação a este Pórtico — a este e a outros da autoestrada. E sem entrar no oportunismo do Bloco de Esquerda eu penso que foi uma defesa da região de Aveiro e de Aveiro. Porque o Governo merece um alerta mais uma vez porque tem esta resolução aprovada há dois anos e nunca fez nada por ela. Acho que isto deve ser mais que um alerta. E considerando ainda que acho que a freguesia de Cacia não se portou relativamente bem aqui, porque por causa de uma única freguesia estamos a prejudicar todas as freguesias de Aveiro. Era só isso que eu queria dizer.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)¹⁰⁸

“O Movimento Juntos por Aveiro votou a favor desta proposta, independentemente do proponente, porque interessa sobretudo é interpretar os interesses os aveirenses. E pensa que interpreta, votando assim, o voto dos aveirenses, independentemente de também sermos a favor da abolição de outros pórticos.

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)¹⁰⁹

“Votei contra face aos argumentos que apresentei antes, na defesa da população do concelho de Aveiro, que é extremamente prejudicada pelos Pórticos na A25. E quero aqui elevar a postura dos deputados municipais que foram maiores defensores dos Aveirenses do que os deputados da Assembleia da República pelo Distrito de Aveiro.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)¹¹⁰

“A abancada do PSD votou contra esta Moção, devido aos seus pressupostos contidos no documento de apresentação e devido ao oportunismo político do Bloco de Esquerda.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) ¹¹¹

“Senhor Presidente, eu votei contra pelas razões que eu invoquei na minha intervenção e porque é uma Moção que não considero politicamente séria devido à proximidade das eleições legislativas que se aproximam.”

Vogal Jorge Arroiteia (PPD/PSD)¹¹²

“Voto contra a Moção em causa, por ela mesma colidir com o interesse da coesão territorial do município de Aveiro e a necessidade de se incluir na referida medida todas as portagens localizadas na área do município, desta feita esquecido pelo governo e nomeadamente o pórtico de Angeja.”

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou o plenário¹¹³ que para este período regimental existia um município inscrito.

Continuando deu a palavra ao município, António Armando de Matos Nabais¹¹⁴, que veio expor a questão da Municipalização da Saúde no município de Aveiro, uma vez que a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), nos termos do Dec-Lei 30/2015 de 12 de fevereiro, foi considerada para estudo piloto dessa municipalização.

Presidente da Câmara:¹¹⁵

“Muito obrigado. Muito obrigado Senhor António Nabais. Enfim, dar-lhe nota que nesta matéria da Saúde, no respeitante ao decreto-lei que invocou existem como sabe um conjunto de áreas descentralizáveis. Portanto, do conjunto de matérias há uma série que estão referenciadas. E partilhar só isto. Estamos num processo negocial neste momento com o governo, estamos Comunidade Intermunicipal em que o município de Aveiro preside. Portanto o município de per si não está a negociar delegação de competências na área da Saúde. Enfim, ainda hoje já falámos, fechámos um acordo que está já formalizado na área da Cultura, na Saúde não. É a Comunidade Intermunicipal que está a negociar. Mas só em três áreas que nós entendemos que há espaço positivo para no sentido positivo para a performance global do sistema. Essas áreas são três das nove que o decreto-lei referênciava.

Que são primeiro, planeamento intermunicipal de saúde, e portanto desmultiplicando o plano municipal de saúde para a esfera intermunicipal e para a esfera municipal. Uma área que é clássica, eu diria que hoje os municípios fazem muito mais naquilo que são os edifícios novos do que o próprio Ministério da Saúde, e fazem muitas coisas enfim nos edifícios que existem já há alguns anos, que é exatamente na gestão dos edifícios, na construção e na gestão estritamente dos edifícios. Portanto esta é também uma vertente que está em cima da mesa.

A última tem a ver com a área da saúde pública. Portanto das políticas e dos instrumentos daquilo que nós mais ou menos chamamos os hábitos de vida saudável, mas que depois a terminologia da Saúde usa outro tipo de terminologias, mas arredondando a conversa, são no fundo ações no hábito da promoção de saúde pública e hábitos de vida saudável. Portanto estas são as três áreas que estão abertas em termos de negociação.

Eu julgo que são áreas tranquilamente assumidas, não direi por toda a gente porque há gente que concorda com elas todas e há gente que não concorda com nenhuma, mas enfim são áreas que além do mais têm um histórico de cooperação muito intenso. Relembro por exemplo, estamos nós Câmara a construir duas novas unidades de saúde familiares, uma em Esgueira e outra em Cacia. E portanto, como o município que estamos a lutar no quadro dos fundos comunitários pela qualificação de várias extensões de saúde que não estão nas devidas condições e há já de facto uma presença muito forte dos municípios nessa área.

O planeamento, nomeadamente aquele que está no planeamento do serviço nacional de saúde — não estamos a falar na tecnicidade do ato médico, nada disto se vai misturar com os atos médicos. Ainda por cima há aquela discussão incrível sobre o pessoal clínico e o pessoal não clínico. Havendo da parte da classe Médica uma nota de que todo o pessoal é clínico. Os enfermeiros que também acham que o são, mas acham que inclusivamente os administrativos são pessoal clínico na medida que são imprescindíveis ao cumprimento dos atos clínicos. Enfim, depois o Ministério da Saúde já não acha bem isto e já diferencia.

Mas a verdade é que hoje, nós municípios, que temos a tutela do pessoal administrativo que tem uma íntima relação como o pessoal clínico não faz sentido, quando nós não temos tutela sobre o pessoal clínico.

Ou por exemplo aquela outra situação da gestão dos horários ou da definição dos horários. Como é que eu Câmara posso definir os horários se eu não mando na peça principal do funcionamento que é o Médico? Não é possível. Eu vou dizer, por exemplo, o horário da extensão de saúde é às nove da manhã. Mas se o médico chega às dez ou dez e meia e eu não tenho autoridade sobre ele para cumprir o horário que eu fixei, isto é um ato nulo.

E portanto entendemos que nesta fase da vida do nosso país a esse nível e do nosso sistema, não há condições para dar esse passo. Mas entendemos que podemos dar passos (e para terminar) nessas três áreas. Sumariando: planeamento à escala intermunicipal e municipal no quadro do Plano Nacional de Saúde; Gestão dos edifícios no sentido estrito do edificado; e algumas áreas de promoção dos hábitos de vida saudáveis no âmbito da boa promoção da Saúde Pública. Obrigado”

Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião da sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão,¹¹⁶ não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária Junho.

Eram 01:30 horas do dia 13 de Junho de 2015.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(05:00)